



Cíntia Xavier (Núcleo Caminho Brasileiro para o Socialismo - PDT) // “De título ‘Brasil, vermelho de urucum’, representa a pintura de perfil de uma mulher indígena brasileira. Ao fundo, a presença da constelação do Cruzeiro do Sul, no céu que ilumina os povos deste hemisfério e duas bandeiras entrecruzadas, amarradas em lanças, de cor vermelho, verde e amarelo. Nos 200 anos de uma nação inacabada, o vermelho da brasa e do sangue da luta não desapareceu. Os povos em marcha desta terra, em seu próprio esforço, hão de conquistar a verdadeira independência e a profunda emancipação social.”

2 Artigo

Entre o nacionalismo dos explorados e a opressão do Estado-nação

Aline Recalcatti de Andrade¹

Resumo // O presente trabalho traz um debate sobre a problemática da construção do Estado-nação e a luta nacional. Trata-se de criticar a forma de Estado-nação associada à expansão do capitalismo e sua imposição em territórios fora do espaço europeu, apontando os elementos, dentro do contexto de construção dessa forma de Estado, que relacionam classe e raça, focando no debate marxista latino-americano sobre a problemática e trazendo como exemplo concreto a construção do Estado-nação brasileiro. A questão, dentro do pensamento teórico marxista, é que existe uma necessidade da defesa da soberania e da autodeterminação dos povos na luta contra o imperialismo, a chamada questão nacional, o nacionalismo dos povos explorados e oprimidos. Busca-se discutir os dois pontos desde uma revisão bibliográfica de autores marxistas que fizeram uma análise da realidade concreta de suas formações sociais específicas, trazendo suas teses e conceitos centrais.

Palavras-chave // Estado-nação; Nacionalismo; América Latina.

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

A questão nacional foi centro dos debates marxistas no século XX. Principalmente com a Revolução Russa, a luta contra a opressão de um Estado sobre outro ganhou forte relevância no cenário internacional, gerando grandes movimentos e lutas pela independência formal dos Estados colonizados (Prashad, 2019). O marxismo-leninismo foi a corrente teórico-prática mais adotada por tais lutas, sendo que Lênin foi um pensador que trouxe a autonomia dos povos como central para a luta de classes, articulando com a luta anti-imperialista (Lênin, 2021). Entretanto, existe uma problemática dentro dessa questão, destacada principalmente no período pós-independência: qual é o Estado-nação que essas novas estruturas estatais construíram?

Seguindo o modelo de Estado-nação europeu considerado como a forma universal a ser adotada, diversos países produziram opressões dentro do seu território orientadas pelas classes dominantes internas associadas às classes dominantes externas. Assim, a nação e os nacionalismos se colocam como fenômenos que devem ser historicizados e relacionados à realidade social da qual fazem parte. O nacionalismo francês, inglês, estadunidense, etc. está muitas vezes associado ao fenômeno da xenofobia, enquanto que o nacionalismo daqueles países que foram colonizados, periféricos e fazem parte de uma divisão desigual internacional, podem ser transformados em projeto de luta política. Se tratam, portanto, de nacionalismos que devem ser contextualizados em sua realidade concreta e levando em consideração a relação de subordinação, exploração e dependência entre os países no sistema internacional. Sem embargo, a perspectiva de luta nacional se trata de uma *possibilidade*, pois, ponto central do estudo aqui trabalhado, o nacionalismo nos países periféricos pode estar associado a uma construção de um Estado-nação homogêneo que não alcance em representar os diferentes povos dentro do seu espaço territorial. Adota-se, portanto, a ideia que existem diferentes nacionalismos periféricos baseados em duas diferentes ideias de Estado-nação: uma que busca a homogeneização social para assegurar a manutenção do capitalismo e outra que se relacione com uma soberania anti-imperialista, e, portanto, seguindo a tese de Mariátegui², não sendo possível haver anti-imperialismo sem anticapitalismo. Um

2 “Em conclusão, somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa” (1990, p.19).

nacionalismo atrelado à luta de classes que corresponda às diversidades das formações sociais.

Trata-se, de modo geral, de debater teoricamente as questões de raça, classe e nação, focando no espaço social latino-americano, e entrando no debate do Estado-nação brasileiro. Para isso, a pesquisa delimitou a análise buscou aqueles pensadores que aportaram para o marxismo e o debate sobre a transição a partir das estruturas específicas de sua sociedade, dentro do diálogo sobre construção do Estado-nação e nacionalismo. Utiliza-se da contribuição conceitual e teórica de tais autores para criticar a formação do Estado-nação na América Latina, analisando como concreto o caso brasileiro em sua formação social nacional, e pensar no nacionalismo desde uma leitura dialética.

1. A construção do Estado-nação na América Latina

A divisão das sociedades em espaços territoriais chamados Estados-nação é um modelo de organização social inserido em um “processo de gênese e consolidação da sociedade burguesa que encontra na forma de organização social do Estado Nação, a forma adequada à consolidação da organização política e jurídica da dominação burguesa” (Pires, 2015, p.72). A formação estatal e a construção dos Estados-nação acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e, posteriormente, sua expansão a nível global, construindo o chamado sistema internacional constituído por Estados soberanos e independentes. A concepção de soberania e direito dos povos à autodeterminação não esteve inicialmente presente nos espaços territoriais fora do Norte Global, a ideia de independência nacional foi primeiro se expandindo para as Américas e somente após a Segunda Guerra Mundial tais ideias se tornaram princípios determinantes do sistema internacional em outros territórios, que passaram por um processo longo de lutas, as lutas de independência na Ásia e na África.

Existe uma singularidade contraditória da historicidade desse Estado-nação. Para Guibernau (1997), na Europa, em geral, se estabeleceram identidades nacionais mais homogêneas consolidadas em Estados nacionais que criaram um elo político entre os cidadãos e as instituições do Estado, causando a impressão de cada Estado como única comunidade distinta das outras que garantia o desenvolvimento, a manutenção e a expansão do capitalismo, que na sociedade

se mantinha, além de diversos fatores, por uma ideia de unidade nacional. As nações funcionam como uma forma de “segurança coletiva no porvir igualmente comum [...] capaz de criar, primeiro, um efeito de atração gravitacional nos setores populacionais que se sentirão atraídos e, segundo, um efeito complementar de repulsão naqueles que se sentirão excluídos” (García Linera, 2010, p. 181). Além dessa garantia de manter uma unidade, a chamada comunidade imaginada (Anderson, 2008), servia como forma abstrata de esconder as diferenças de classes internas, entre exploradores e explorados, assegurando a produção de mercadorias. Com isso, garantiu-se o desenvolvimento do imperialismo na sua fase de capitalismo monopolista, a lógica da competição entre trabalhadores fora dessa “unidade nacional” nos países de capitalismo avançado, levando à justificativas da beligerância. E, esse Estado-nação homogêneo consolidou uma lógica de superioridade racial de determinados nacionalismos europeus associados à expansão neocolonial e ao imperialismo.

Na construção do Estado-nação estadunidense, este se difere dos países da Europa central, mesmo mantendo esses elementos centrais associados ao capitalismo e imperialismo, pois se constitui frente à um genocídio dos povos originários e consolidado na estrutura escravista, havendo também conflitos internos territoriais para “civilizar” os povos não-brancos (Losurdo, 2015). No caso dos países periféricos que não fazem parte do capitalismo e imperialismo central, onde foram outras circunstâncias históricas, sociais, políticas e econômicas ao redor da criação do Estado-nação, os “conceitos de soberania interna e de cidadania exportados do Ocidente precisavam ser assimilados por uma população multiétnica” (Guibernau, 1997, p. 111), além de também terem ocorrido campanhas genocidas, como a denominada pela historiografia Conquista do Deserto na Argentina para assegurar a territorialização do Estado moderno capitalista - apenas para citar um exemplo. Florestan Fernandes (1973) afirma que os fundamentos da dominação interna ao qual o capitalismo se ajustou em todos os países, em geral, exigiu uma ordem social, e essa foi dada pela transplantação dos padrões europeus de estrutura social.

Essa relação complexa se inicia desde a dominação colonial no qual somente “os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linguagem europeia” (Fernandes, 1973, p.13). Com as independências políticas e adotando o modo de produção capitalista, as classes dominantes buscaram adotar o modelo europeu homogêneo de nação para garantir sua coesão e legitimidade, enquanto que nas realidades

sociais desses países pós-colonizados haviam formações sociais que não correspondiam tanto à uma homogeneidade cultural, linguística, étnica, quanto à sua inserção na formação social capitalista.

A realidade heterogênea das formações sociais-estatais da América Latina, dentro desse contexto de configuração do Estado-nação, passou por uma série de expressões de dominação, que tentou constituir e reproduzir no continente formas e padrões estabelecidos no centro do capitalismo, e pode ser explicada pelo conceito de *forma social abigarrada* (Zavaleta, 2009), no qual apesar de haver uma pretensão do monopólio da legitimidade política, essa não existia devido às estruturas sociais comunitárias ainda presentes em grande parte do território, constituindo um *Estado aparente*: um estrutura estatal que se autoclama de Estado nacional, mas apenas tem aquelas configurações sociais e históricas correspondentes a algumas classes e raças delimitadas do seu território fronteiro, excluindo, por exemplo das pessoas negras e indígenas suas estruturas sociais, culturais e econômicas. Por isso, nessa associação histórica entre capitalismo e Estado-nação, Zavaleta afirma que “o capitalismo também é uma forma despótica de nacionalização” (p.55, 2006).

A análise de Zavaleta se insere na ideia de que o capitalismo se expandiu através da desorganização de totalidades preexistentes, com outros sistemas de relações sociais, não só sobre outras estruturas políticas, mas também sobre outras formas de configuração produtiva (Tapia, 2010). A expansão capitalista, principalmente através da acumulação primitiva, foi criando condições para que se configurasse somente o Estado moderno capitalista como monopólio da política, ou seja, os Estados correspondem àqueles territórios em que a lei do valor existe de forma exclusiva ou dominante e isso significa uma forte relação entre a forma Estado e a lei do valor. Ocorre então um processo de tentativa de universalização de apenas um setor/classe desde a estrutura estatal, no que García Linera explica como “uniformização do sentido popular de totalidade social imaginada” (2010, p. 154). García Linera agrega que essa situação de uma matriz civilizatória sobreposta a outra - a forma social abigarrada, também semelhante a outros conceitos desenvolvidos por pensadores latino-americanos como *México imaginário* e *México profundo*, de Bonfil (1987), ou o *colonialismo interno* (González Casanova, 2015 [1969]) - reproduz uma monoetnicidade / mononacionalidade do Estado, significando um desajuste de uma relação entre sociedade e Estado.

Trata-se, portanto, de uma opressão e exploração que relaciona classe e raça dentro da construção e manutenção da forma social do Estado-nação, baseada no

processo de homogeneização forçado. As lutas pelos direitos das pessoas negras e dos povos originários se insere dentro das lutas de classes na América Latina, que causam uma divisão dentro da própria classe trabalhadora, e a problemática que se coloca é como construir estruturas estatais, formas sociais e projetos políticos fora da lógica da opressão racial e da exploração capitalista. Diante disso, alguns autores falam de nação, com um significado diferente dessa construção homogeneizante capitalista.

2. O debate sobre o Estado-nação brasileiro

O caso brasileiro pode ser analisado tanto em suas semelhanças com os problemas de construção de Estado-nação em outras sociedades latino-americanas, quanto em suas próprias particularidades. A maior dessas particularidades talvez seja o fato que o país após se independentizar politicamente da metrópole manteve um sistema escravista por décadas, e para autores como Clóvis Moura (2019), isso caracteriza tanto a sociedade brasileira atual como a formação de suas estruturas políticas e estatais de dominação. Associando com a América Latina no geral, González (2020) reforça esse ponto ao afirmar que tal estrutura hierárquica de dominação fez parte desde a colonização ibérica, marcada pela luta entre mouros e cristãos, tendo as relações raciais como parte estrutural das relações sociais desde o início da dominação.

A configuração do Estado-nação brasileiro desde o início, portanto, esteve atrelado à escravidão e posteriormente ao capitalismo dependente que não apenas manteve a racialização da nação, mas a perpetuou através de novas formas. A construção da unidade nacional ocorreu por uma classe dominante escravista, que “escolheu, como tipo ideal, representativo de superioridade étnica em nossa sociedade, o branco europeu” (Moura, 2019, p. 90), criando uma escala de valores que mais se aproximasse a tal padrão. Os elementos de identificação com a nação são determinados por esses símbolos étnicos da camada branca dominante, que teve o Estado como seu regulador, inicialmente pela manutenção da escravidão e depois como a segregação das pessoas negras e com as políticas imigratória, cujo objetivo centrava-se em manter, o que era considerado a sociedade brasileira, branca. A formação social e cultural própria é negada com uma fragmentação da identidade étnica, por essa ideologia e seus efeitos materiais, “[t]ransmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais,

reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais” (González, 2020, p. 130).

Para o pensamento dominante da época, o Estado-nação brasileiro só seria civilizado enquanto fosse de maioria da população branca, garantindo os ‘interesses nacionais’. Assim, “a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores”, toda a mitologia que constrói uma comunidade imaginada, “usada pelos próprios não brancos e negros” (Moura, p. 92). Os mitos, como afirma Ianni, não podem ser interpretados fora da estrutura socioeconômica na qual se encontram, eles representam e mantêm os interesses das classes e grupos dominantes e fazem parte da conjuntura histórica na qual são constituídos:

O novo ciclo de desenvolvimento da sociedade, com o término da Monarquia e da Escravatura, depende de outras formas de organização técnica e social do trabalho e da produção, da divisão do trabalho social, da organização jurídico-política da sociedade como um todo, compreendendo a metamorfose do “trabalho escravo” em “trabalho livre”, da população em “povo” e do súdito em “cidadão” (2002, p.186).

Essa ordenação de etnia faz parte de mecanismos históricos para a manutenção e controle do sistema, para manter as classes dominantes no seu lugar dentro da estrutura social. É nessa lógica, que Moura como marxista, situa Palmares, ao pensar tal construção anti-sistêmica, que chegou a um estágio de nação em formação, mas, e questão central de tal rebelião, foi que Palmares representava um próprio exemplo de economia alternativa. O mais importante de Palmares e principal motivo de sua destruição foi que essa representou uma nação em formação, com outras técnicas e estruturas produtivas: “Palmares era uma negação, pelo seu exemplo econômico, político e social da estrutura escravista-colonialista” (Moura, 2019, p.220).

O processo de construção da chamada identidade nacional, no final do século XIX, atrelada à ideologia do liberalismo, teve que recorrer a diversos processos que passassem da ordem colonial – mantidas sobre a monarquia – para uma “sociedade nacional”, apelando-se a denominações como “povo”, “cidadão”, “nação”, representando as camadas que Fernandes denomina de senhoriais, buscando a homogeneidade. Segundo o autor: “Graças e através da Independência, *nação e Estado nacional independente* passaram ser ‘meios’ para a burocratização

da dominação patrimonialista e [...] para a sua transformação concomitante em dominação estatal típica” (2006, p.75), erigindo uma ordem nacional a partir da herança colonial, o que, para Fernandes (2006) relaciona domínio e nação, incorporando a ideologia nessas novas classes dominantes e assegurando tal ideologia dominante.

O racismo como elemento constitutivo do capitalismo brasileiro também se apresenta em outros setores da sociedade, ademais das pessoas negras, o chamado mito da democracia racial também esconde que existem além de etnias, nacionalidades de povos originários no país. Foram integradas comunidades indígenas como parte da unidade nacional territorial, através de uma forma de tutela estatal, principalmente com a Constituição de 1967. Entretanto, isso se trata de mais um aspecto dessa integração discursiva, mas sem real efeitos políticos, econômicos ou simbólicos, pois delimita um espaço institucional ao indígena, mas não o considera parte tanto desse Estado quanto da ideia de nação. O racismo, assim, “se manifesta, amplamente, na situação econômica, política e cultural da população negra e indígena no Brasil [...], rebaixada social e moralmente pelos mecanismos de dominação” (Sabino de Souza, 2020, p. 137), alocando os sujeitos políticos a partir de características fenotípicas, com as instituições fazendo parte dessa construção que garantem e se relacionam com a superexploração da força de trabalho.

Além disso, outro fator a ser considerado foi a construção desigual desse Estado-nação em relação à expansão territorial. A localização dos centros de poder, ou seja, onde dominava a presença da classe dominantes, na costa, posteriormente em Brasília, e nas capitais estaduais, representam uma diferença tanto na expressão do nacional, sua concentração em tais espaços, quanto na divisão de classes, com a concentração do proletariado urbano, deixando espaços fronteiriços e outros territórios “fora” da expansão do Estado moderno em muitos momentos da história e dividindo o país em regiões com maior ou menor concentração de riqueza, um capitalismo desigual interno. Essa divisão regional também se associa a uma questão racial ao não considerar a diversidade cultural nesses diversos espaços territoriais, explorando as maiores regiões acompanhadas por mitos e estereótipos.

A formação histórica do Estado-nação no Brasil ocorreu em desenvolvimento com a sociedade de classes capitalistas, reproduzindo os mesmos problemas apresentados de reprodução dos padrões vigentes de exploração e opressão. Por isso, o debate sobre a Revolução Brasileira deve levar em conta essa

problemática considerando, ademais, a própria constituição do proletariado. Como afirma Moura (2019), as pessoas negras foram marginalizadas do capitalismo em formação após a abolição, não se integrando no proletariado nascente, apenas posteriormente, além dos próprios elementos ideológicos de racismo que estiveram presente na constituição dessa classe. Daí a importância de trazer o debate racial, e desse suposto Estado-nação homogêneo, para o debate sobre a questão nacional no marxismo.

3. Nacionalismo(s) no debate marxista latino-americano: a possibilidade de duas interpretações sobre a questão nacional

Essa relação entre problema nacional e construção do socialismo no marxismo do século XX nas “margens” do capitalismo foi central para o debate intelectual. O problema se relacionava com o debate e prática sobre a revolução, pois a questão chegava em uma base problemática para o marxismo periférico: a luta de classes. Sendo esses países ex-colônias, pouco industrializados, de base camponesa e, principalmente, de um racismo estruturante na sociedade, a problemática se relacionava sobre a constituição do sujeito revolucionário. Zavaleta e Mariátegui foram exemplos de revolucionários que evitavam uma parte do debate que levava ao linearismo e etapismo de certos setores da esquerda que defendiam, geralmente, dois pontos: para a luta socialista era necessário primeiro uma revolução democrática burguesa, que desenvolvesse economicamente as sociedades periféricas e que transformasse àqueles setores, principalmente não-brancos, em um proletariado como o estadunidense e o europeu ocidental. Se tratava de uma linha do marxismo que não fazia análise concreta da sua realidade concreta. A crítica, portanto, à construção do Estado-nação como imagem e semelhança do europeu se relaciona mais ao setor marxista que, de fato, analisou dialeticamente sua sociedade desde o materialismo histórico, articulando: questão nacional, revolução, imperialismo, raça e lutas de classes. A problemática que se dá na América Latina se relaciona com o imperialismo e a necessidade do anti-imperialismo: a luta pela autodeterminação dos povos não somente no plano oficialista jurídico, mas também de lutas pela transformação socioeconômica interna de suas sociedades. Por isso se fala na necessidade do nacionalismo

como luta contra o imperialismo. Mas qual nacionalismo se trata, daquela construção de Estado-nação homogêneo associado ao capitalismo e ao racismo?

No contexto do processo de exclusão e exploração, e compreendendo que designações étnicas podem “ser entendidas como artefatos culturais e políticos dos complexos sistemas de divisão de classes” (García Linera, 2010, p.174), Zavaleta utiliza-se do termo nação para referir-se às composições e classes sociais bolivianas dominadas, nacionalismo como caráter defensivo dos países oprimidos, sendo que ele escreveu em um contexto de lutas nacionais contra o imperialismo – ainda vigentes –, e nesse caso, também de uma luta nacional contra a falsa ideia de nação das classes dominantes internas. Explica o autor: “Sem os camponeses, índios e mestiços na sua totalidade [...], os pontos culturais de referência que nos permitem falar de um modo de ser da nação, não teria existido [...]” (2009, p. 38). Zavaleta chama de trânsito da nação “fática/factual” para a nação em si mesma, um processo que as *classes que contêm a nação* resistem à negação da nação e criam suas próprias formas. Dada assim as particularidades de construção do Estado nacional, diferenciado do processo europeu, a nação é apontada como uma relação dialética com a luta de classes:

Por eso no se puede hablar de nacionalismo en Bolivia sin hablar de movilización de las masas, porque, ciertamente, la nación no puede avanzar a la formación de su Estado moderno sino con el ascenso y la toma del poder por las clases que contienen o que han conservado a la nación (2009, p.46).

A construção de classes é um processo inserido em tal contexto com o Estado-nação, que o constitui, mas também é de certo modo constituído por este, principalmente pela questão do Estado capitalista, uma relação entre a formação social e suas particularidades que caracterizam o Estado com a imposição desse Estado sobre a formação social. Exemplificando o caso boliviano, o Estado tentou impor sua construção de nação, mas se deparou com as particularidades culturais e sociais, Zavaleta (2009, p. 37) afirma que a oligarquia “por sua origem, por seus interesses, por seus pressupostos mentais [...] foi sempre distante de tudo, em carne e osso, das referências culturais da nação”. Os interesses eram fundamentados na exploração do tradicionalmente nacional, negando-os no econômico e no cultural. As classes nacionais, em sua análise, incluem o proletariado urbano, o campesinato e as camadas médias, lembrando que o campesinato é

composto, na Bolívia e em muitos outros países, pelos povos originários, quilombolas e ribeirinhos.

O anti-imperialismo, que depende do nacional, não pode existir sem os diversos setores do campesinato, dos “índios e mestiços em sua totalidade, que constituem um grupo [...] resistente e persistente” dos “pontos culturais de referência que nos permitem falar de um modo de ser da nação” (Zavaleta, 2009, p. 38). Entretanto, além da questão cultural de construção de nações, Zavaleta destaca a luta pela terra, relacionando dialeticamente com a formação socioeconômica, do mesmo modo na análise de Mariátegui ao afirmar que o problema do índio não é um problema cultural, mas sim econômico. A isso, se agrega a análise feita por Moura (2019), relacionando com Mariátegui e Zavaleta como formas de contestar a ideologia dominante e parte das lutas de classes, dentro dessa relação com o processo histórico e com as relações sociais. García Linera expressa essa dialética ao afirmar que ao legitimar um monopólio político-cultural contribui “não apenas para expressar determinadas condições socioeconômicas de exclusão e dominação, racializando-as, mas também para ajudar a construir objetivamente essas condições socioeconômicas” (2010, p. 168). Por isso, trazer o debate sobre nação relacionado à classe e raça, permite compreender o processo de construção de uma nação não opressora e exploradora interna, se configurando em nacionalismos frente à dominação externa.

Mariátegui, com uma apropriação crítica e não colonizada do marxismo, que foi precursor ao trazer a questão indígena para centro do debate marxista e que, diferentemente de outros pensadores de sua época, não opôs proletariado e questão indígena, mas como partes de uma luta conjunta dos dominados dentro das lutas de classes do capitalismo, segundo o qual os socialistas constatam que o sistema econômico e político vigente contra nações originárias se trata de uma “força colonizadora no país” (2010, p. 75). Ao entender sociedades pré-capitalistas com características de socialismo prático, com elementos persistentes atualmente nesses nos povos e nacionalidades indígenas, Mariátegui aponta um contraste com o capitalismo que oprime e explora civilizações baseadas em coletivismo, no qual estão presentes aspectos de lutas na cotidianidade, mas que necessitam se constituir em uma forma de projeto político.

Mariátegui trabalha sobre conceitos como raça e classe dentro da ideia de nação, abordando a opressão colonial. Segundo Graziano, o racismo articulado pelo colonialismo na América Latina, tem dois papéis fundamentais para Mariátegui: “(i) no âmbito do sistema capitalista mundial, garante ao poder

imperialista a exploração da mão de obra da população atrasada e miserável para a extração de riqueza a baixo custo; (ii) impede que o problema da luta pela independência nacional seja assimilado nos países da América com forte percentagem de população indígena” (2016, p. 60). Enquanto não partir de uma minoria associada à classe dominante, que reivindica o cultural nacional, a nação pode ser parte da luta de classes. Essa independência não é interpretada como uma mera formalidade das ex-colônias, mas sim como uma concreta soberania de um país frente à gestão dos seus recursos e possibilidade de luta pelo socialismo sem ingerências externas. Por isso, a construção de nação tem papel fundamental no pensamento mariáteguiano, mas como forma de resistência à opressão colonial, inclusive interna, pois não se trata de uma mesma interpretação da nação em termos históricos europeus, mas sim como uma constituição que represente a sociedade e esteja atrelada à luta pelo socialismo (Mariátegui, 1990).

Assim, essa dissonância entre nação e estrutura institucional, marcada por questões de raça, capitalismo e colonialismo, se trata de um campo de forças, de um processo (García Linera, 2010), e é isso que lhe permite transformar e entender a questão nacional na América Latina no sentido mais adotado por Zavaleta e associado ao antiimperialismo, adotado por Mariátegui. A divisão interna desigual relacionada a diferentes nacionalidades é uma forma de geração de opressões, que está relacionada ao processo da geração de mais-valia do capitalismo, à divisão e à luta de classes, portanto, a crítica à formação do Estado-nação e seus problemas de racismo atuais não pode se distanciar da luta contra o capitalismo que, como apontado acima, na América Latina necessita estar associada à luta anti-imperialista.

Considerações finais

Entender a questão nacional, para o marxismo, é entender as particularidades das formações sociais em que se teoriza e se atua. Distanciar-se da ideologia da classe dominante interna – associada à dominação externa capitalista – sobre o que é o Estado-nação brasileiro significa abordar os problemas de sua construção, relacionado à raça, possibilitando pensar a questão nacional desde uma perspectiva marxista, como parte essencial das lutas de classes, portanto, como relação social possível de ser construída como alternativa à opressão e exploração.

Conhecer a real construção nacional dos países latino-americanos é parte do processo de compreender seus erros e problemáticas.

O problema nacional, portanto, na América Latina tem seu significado atrelado à questão dos povos originários e dos povos negros, e a luta atrelada ao anti-imperialismo através do nacionalismo deve levar em conta esse fator, pensando em nacionalismos, em Estados de nacionalidades não homogêneas e não hierarquizadas de acordo com padrões raciais. No caso do Brasil, a questão se coloca em relação com a ordem colonial atrelada à escravidão e seus elementos presente na posterior construção do Estado moderno brasileiro.

O capitalismo não é um abstrato sem determinações, ele, inclusive, possui suas particularidades na América Latina como capitalismo dependente. As formações sociais que compõem os Estados nacionais fazem parte dessas determinações que precisam ser compreendidas como parte da luta anticapitalista. Por isso, adota-se a ideia de que é possível um nacionalismo referente às particularidades sociais unido a diferentes formas de Estado, pensando na ideia de transição e construção do socialismo, que se associa e faz parte da luta de classes. Como afirma Gramsci (2006), compreender a particularidade da formação histórico-cultural interna das classes dominadas, suas particularidades e diferenças, permite ensaiar o desmonte dos mecanismos de submissão construídos pela concepção de mundo das classes dominantes que tenta impor uma concepção universalista abstrata, construindo um projeto político alinhado economicamente com os aspectos linguísticos, culturais e ideológicos.



Referência Bibliográfica

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BONFIL, Guillermo. Notas sobre civilización y proyecto nacional. **Cuadernos Políticos**. Ciudad de México, p. 21-31. dez. 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia**: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latinoamericano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. El colonialismo interno. *In*: CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación**: pensar América Latina en el siglo XXI. Cidade do México: Siglo XXI, 2015 [1969]. p. 129-156.

GRAZIANO, Valéria Teixeira. **Estado e diferença indígena na América Latina**: (re) construções identitárias no contexto de criação do Estado Plurinacional da Bolívia. 2016. 176f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Culturais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-06122016-160856/pt-br.php>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos** (1921- 1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**, v.4, n.7, jan/jun. 2002. p.176-187.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do Liberalismo**. São Paulo: Editora Letras e Ideias, 2015.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ponto de vista antiimperialista. **Novos Rumos**, Marília, n. 18/19 v.5, p.64-66, 1990.

_____. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo. Perspectiva, 2019.

PIRES, Olívia Carolina. **Questão nacional no pensamento crítico na América Latina**. 2015. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRASHAD, Vijay. **Estrela vermelha sobre o Terceiro Mundo**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

SABINO DE SOUZA, Cristiane Luíza. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Huicitec, 2020.

TAPIA, Luis. El estado en condiciones de abigarramiento. *In: GARCÍA LINERA, Álvaro et al. El Estado Campo de lucha*. La Paz: Muella del Diablo, 2010. p. 97-128.

ZAVALETA, René. Nacionalizaciones. *In: IBARGUEN, M. A. e MÉNDEZ N. R. (org.), René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores. 2006. p. 55-56.

_____. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2009

